ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009

N.º 2/2009

DIA: Vinte de Novembro do ano de dois mil e nove.-----

HORA: Dezanove horas.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

PRESENCAS:-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD).-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Fernando de Pina Marques (PPD/PSD).-----

2º SECRETÁRIO: Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD). -----

PPD/PSD - Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD - Dr. Rodrigo Oliveira da Silva;-----

PPD/PSD - Dra. Rosa Anita Ferreira Teixeira da Silva Conrado;-----

PPD/PSD - Dra. Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD - Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD - Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos.---

CDS/PP - Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP - António Gomes;-----

CDS/PP - Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP - Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP - José do Nascimento Peres;-----

CDS/PP - Dra. Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

2009.11.20

CDS/PP - António dos Santos Sousa;-----

CDS/PP - Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS - Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

PS – Dra. Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS - Manuel de Sousa Pinho;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD - Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos;-----

PPD/PSD - Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;-----

PPD/PSD - Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira;-----

PS - João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD - Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho;-----

Chegou mais tarde, como oportunamente se faz referência, o Senhor Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11-01, encontram-se presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Senhores Dra. Adriana Helena Silva

2009.11.20

Rodrigues, Dra. Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho antes de dar início à sessão informou que o Senhor Manuel Domingos da Costa Tavares não se encontra presente na sessão por motivos de saúde e não terá falta uma vez que ainda não tomou posse. Irá tomar posse na primeira sessão da Assembleia Municipal a que compareça.-----

De seguida, dado que esta é uma sessão extraordinária e que o falecimento do Comendador Álvaro Pinho da Costa Leite ocorreu a poucos dias da mesma, propôs que os comentários sobre este vulto cambrense fiquem registados na próxima sessão da Assembleia Municipal, tendo obtido consenso por parte de todos os membros.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. TOMADA DE POSSE DA SENHORA DRA. MARIA DE FÁTIMA MARQUES

TEIXEIRA GOMES MARTINS DOS SANTOS: Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 44.º da Lei 169/99, alterada pela Lei 5-A/2009, foi verificada a identidade e legitimidade da Senhora Dra. Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos, eleita para a Assembleia Municipal, pela lista do PPD/PSD, residente na Av. Camilo Tavares de Matos, 14 – 4.º BS, freguesia de S. Pedro de Castelões, portadora do cartão de cidadão n.º 07159292, a qual tomou posse perante o Órgão e participou já da sessão, assinando a respectiva acta conjuntamente com o Senhor Presidente e os Senhores Secretários.-----

2. TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) - deliberação da

Câmara Municipal de 03.11.2009: Presente deliberação da Câmara Municipal de três de Novembro de dois mil e nove, pela qual submete a aprovação da Assembleia Municipal as seguintes taxas de IMI, para vigorar no ano de dois mil e dez:-----

2009.11.20

- Prédios rústicos – 0,8%;-----
- Prédios urbanos – 0,7%;-----
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3%.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º José António Bastos da Silva o qual começou por saudar todos os membros da Assembleia Municipal, os que repetem o cargo e os novos que pela primeira vez vão fazer parte deste Órgão, aos quais desejou um bom trabalho durante todo o mandato, dizendo-lhes também que podem contar com a colaboração da Câmara Municipal para prestação de quaisquer esclarecimentos. De seguida referiu que a Lei permite, dentro de alguns parâmetros, fixar as percentagens de atribuição do IMI, no caso dos prédios rústicos, prédios que estão avaliados há muitos anos e em que o valor é praticamente simbólico ou em alguns casos nem sequer se paga nada. Assim, considera que tem toda a lógica manter a taxa de zero vírgula oito por cento até que alguma coisa se altere nesta área. Quanto aos prédios urbanos, da alínea b), em que a taxa varia entre os zero vírgula quatro por cento e os zero vírgula sete por cento, verifica-se que esta taxa foi diminuída pelo Governo, pois o ano passado variava entre os zero vírgula quatro por cento e os zero vírgula oito por cento. Neste caso, propõe que a taxa continue a ser de zero vírgula sete por cento porque também são prédios antigos e que estão avaliados há muito tempo e também com valores muito baixos. Na alínea c) são os prédios avaliados nos termos do CIMI, em que a percentagem vai de zero vírgula dois por cento a zero vírgula quatro por cento. Estes prédios são aqueles que foram avaliados recentemente, ou porque houve transacção comercial (prédios novos) ou porque houve alteração no prédio, ou seja, hoje em dia quem fizer uma pequena ampliação ou quem vender ou herdar um prédio, em qualquer uma destas circunstâncias o prédio é imediatamente avaliado e é aqui que estará certamente a grande verba neste Imposto. Deste modo, a Câmara entende que deve optar

2009.11.20

por um valor intermédio, ou seja, de zero vírgula três por cento. Referiu ainda que em Outubro saiu uma Portaria em que um dos seis itens da fórmula baixou e nos documentos entregues aos membros da Assembleia verifica-se que baixou no caso da habitação, zero vírgula quinze por cento; no comércio, zero vírgula cinquenta por cento; nos serviços, zero vírgula vinte e cinco por cento e na indústria zero vírgula quinze por cento. Ou seja, esta Portaria do Governo só por si obriga a que estes prédios, mantendo a percentagem de zero vírgula três por cento, o valor do CIMI seja menor, e que permite às pessoas poderem pedir uma nova vistoria aos prédios que foram avaliados nos últimos três anos. Isto significa que quem tem prédios que foram avaliados nesses últimos três anos tem essa faculdade de poder pedir às Finanças uma nova avaliação do seu prédio, sendo consequentemente também reduzido o actual valor, de forma que entenderam que este valor intermédio será um valor ponderado. Obviamente que existe a consciência de que as coisas não estão boas mas também têm consciência de que neste momento para as Autarquias o único imposto que se tem mantido é exactamente o IMI e causa-lhes obviamente muito transtorno se esta verba diminuir substancialmente. Daí a aplicação das taxas nos mesmos moldes do ano passado, reforçando mais uma vez que mesmo assim é previsível haver um abaixamento na cobrança da receita.-----

O Senhor António Gomes referiu estar completamente de acordo com o Senhor Presidente da Câmara e com aquilo que ele disse, pois entende que uma Câmara Municipal tem de ter receitas, só que também entende que a crise que infelizmente existe no nosso País afecta também a Câmara Municipal, as empresas e os cidadãos. Desta forma, não sabe se vai ser possível, mas propôs que este ponto seja votado por alíneas, ou seja, por prédios rústicos, prédios urbanos e prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI porque está de acordo com alguns mas não está de acordo com outros. Concorda com o que o Senhor

2009.11.20

Presidente da Câmara falou a respeito destes prédios urbanos, contudo acha que ele se está a contradizer porque considera que quem faz uma casa de quarenta ou sessenta mil contos, ainda em moeda antiga, também tem dinheiro para pagar o IMI. Referiu que o Senhor Presidente diz que a Câmara necessita de receita mas mais à frente no ponto relativo ao IRS aparece uma intervenção a dizer “O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal está receptiva à redução do Imposto na mesma percentagem em que o Estado baixar os seus noventa e cinco por cento”. Por isso considera que se o Estado já baixou no IMI não sabe porque é que a Câmara também não podia baixar também meio por cento ou um por cento. Disse que o Senhor Presidente terá as suas razões mas é para isso que quer chamar a atenção porque quando diz que não pode baixar e que não baixa o IRS porque o Estado também não baixa e acha que aí que tem alguma razão, no entanto, neste ponto está a favor da taxa dos prédios rústicos e dos prédios urbanos nos termos do CIMI mas não está verdadeiramente de acordo com a taxa máxima de zero vírgula sete por cento.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal apenas para referir que esclareceu bem que, ao manterem as actuais taxas, estão obrigatoriamente por força da Portaria que saiu em Outubro, já por si a baixar o próprio imposto.-----

O Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista referiu que sabem qual é a importância real que este Imposto tem para o orçamento da Câmara Municipal para o próximo ano e sabem também que baixaram os coeficientes de localização o que vai provavelmente levar a uma diminuição do próprio IMI. Ao diminuir também esse arrecadar de imposto também irá diminuir a despesa para a própria população em si. Contudo solicitou, a título de curiosidade, que a Câmara Municipal esclareça porque é que no ano de dois mil e sete foi liquidado um milhão e quarenta e dois mil euros e receberam

2009.11.20

um milhão e trezentos e trinta mil euros. Solicitou ainda que, se possível, nas próximas propostas feitas pela Câmara Municipal seja dada a variação de valores caso descessem ou subissem mais uma décima porque isso iria ajudá-los a decidir da melhor forma possível para bem do Município e também para questões orçamentais futuras. Por último referiu que o Grupo do Partido Socialista vai votar favoravelmente a este imposto.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. António Paulo Soares Barbosa para referir que ninguém gosta de fixar impostos porque a própria palavra já tem em si uma carga absolutamente negativa mas as competências que a Lei das Finanças Locais confere aos Municípios também os obriga a isso. Referiu que a grande parte da Ordem de Trabalhos de hoje é sobre impostos e portanto correm o risco de se repetirem no próximo ponto. Face não só aos limites e aos constrangimentos que a própria Lei impõe aos Municípios e também considerando como já referiu o Senhor Presidente que a própria manutenção da taxa levará a que o Município arrecade com certeza menos receitas questionou em nome do PSD ao Senhor Presidente da Câmara e à respectiva Vereação se é possível e de que maneira é que essas receitas sendo colhidas na população de Vale de Cambra possam ter retorno no campo social ou em outras iniciativas que o Município possa levar a efeito. Por último referiu que naturalmente a Bancada do PSD votará favoravelmente.-----

Usou da palavra o Senhor Eng.º Aníbal Moreira da Costa referindo que da parte do CDS/PP, nesta altura de crise que o País atravessa em que o concelho de Vale de Cambra não foge à regra, são totalmente contra todas e quaisquer posições que não sejam a redução de impostos, redução da carga fiscal, porque as populações e as empresas passam por uma crise aguda e não é com a redução da sua capitalização que elas vão certamente ultrapassar essa crise ou minorar os seus efeitos. Referiu que Vale de Cambra necessita efectivamente de

2009.11.20

uma gestão mais cuidada. A Câmara Municipal terá que o saber fazer e pensa que não é aumentando os impostos ou as receitas mas sim reduzindo as despesas, trabalhando mais correctamente e capacitando os intervenientes do Concelho que geram riqueza, que vai conseguir um futuro melhor. É isso que querem quer para a Câmara Municipal e seus elementos, quer para a Assembleia Municipal e toda a população. Referiu ainda que basta verificar que o IMI aumentou desde dois mil e três para dois mil e oito cinquenta e seis por cento e que o desemprego em Vale de Cambra do ano passado para este ano aumentou de quatrocentas e cinquenta e nove para setecentas e dezasseis pessoas. Considera que a desertificação no interior do Concelho é um facto e que aí é que devem gastar o dinheiro e o que todas as empresas estão a fazer é reduzir despesas com o pessoal e perante isto o que é que a Câmara terá de fazer? Referiu que com certeza não vão adoptar uma posição de tentar contrariar a posição que já foi assumida pela Câmara, contudo vão votar contra neste ponto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu em relação às primeiras questões colocadas pela Bancada do PS que o liquidado e o recebido são coisas diferentes, ou seja, o liquidado é quando as finanças mandam o aviso para casa das pessoas em Abril e Setembro e o recebido é referente ao ano anterior, daí que os valores são diferentes. Referiu também que este imposto aumentou cinquenta e seis por cento de dois mil e três para dois mil e oito. Contudo, esta subida não diz exclusivamente respeito só ao IMI porque o IMI englobou outros impostos que eram arrecadados separadamente. Disse ao Senhor Eng.º Aníbal que é demagógico dizer que aumentou cinquenta e seis por cento porque não é verdade porque, por exemplo, quando as pessoas vendiam um apartamento a Câmara recebia esse valor separadamente mas o IMI fundiu três impostos num só e na devida altura provaram que a Câmara Municipal de Vale de Cambra até ficou prejudicada em relação a esses anos. Obviamente que agora não estão

2009.11.20

porque não há venda de apartamentos mas na altura ficaram bastante prejudicados com a Lei das Finanças Locais. E uma vez que há muitos membros novos na Assembleia Municipal passou a explicar, em síntese, a referida Lei das Finanças Locais. A Lei das Finanças Locais é uma Lei super penalizadora para os Municípios e é de tal maneira penalizadora que no corrente ano os últimos intervenientes nas questões públicas que estão a cumprir ou que são obrigados a cumprir a Lei são as Autarquias. Recorda que o Governo passou o défice de três para oito e não lhe aconteceu coisa nenhuma e estão a falar de muitos mil milhões de euros. A EP-Estradas de Portugal passou este ano a dívida de um vírgula um mil milhões de euros para quinze vírgula quatro mil milhões de euros, ou seja, quinze vezes mais e nada lhe aconteceu. Mas os Autarcas têm de chegar ao fim do ano baixando dez por cento os empréstimos bancários que tiverem e baixando dez por cento a dívida a fornecedores. Daí que haja uma movimentação por parte dos Autarcas no sentido de alterar a Lei. Para além disso não podem contrair empréstimos, o que dá a ideia que os Municípios com esta Lei das Finanças Locais eram os maus da fita da sociedade quando todos sabem que isso não é verdade. Lembrou ainda quatro empresas públicas, a Refer, a Transtejo, a Carris em Lisboa e a STCP no Porto, que só por si têm uma dívida bem superior à dívida dos trezentos e oito municípios do País e ninguém fala nisso nem ninguém obriga essas empresas a baixarem todos os anos dez por cento na sua despesa. Referiu ainda que quando viu os novos indicadores dessa Lei pensou que Vale de Cambra ia ser beneficiada porque pela primeira vez entrava num dos itens da referida Lei os problemas altimétricos, o que achou muito bem porque é muito mais difícil fazer uma estrada em Vale de Cambra do que em Ovar ou Estarreja, onde é tudo plano e areia. Considerou assim que era algo justíssimo, que eram beneficiados os Concelhos que tivessem Rede Natura porque têm despesa em manter esse espaço, no entanto quando aplicaram a Lei

2009.11.20

o orçamento que vem do Estado Português manteve-se mais ou menos inalterado, não tem de cor mas pensa que tiveram um aumento de cerca de vinte cinco mil euros o que é uma coisa absolutamente ridícula. Foi assim analisar em pormenor a razão de só terem tido esse aumento e verificou que o Concelho de Vale de Cambra é considerado um Concelho acima da média nacional e como tal é um Concelho que tem de pagar aos mais pobres, ou seja, não recebem o que deviam de receber, ficam com menos quase um milhão de euros para dar para concelhos “mais pobres”. Em conclusão, referiu que a Lei das Finanças Locais foi muito prejudicial para as Autarquias. Pediu desculpa por ter efectuado este aparte mas é bom que todos saibam como as coisas funcionam. Referiu concordar com algumas das coisas que aqui foram ditas e uma delas é de que este valor do IMI poderá ser complicado num futuro próximo para as populações. Acredita que sim mas supõe que este será o quarto ano que a Lei entra em vigor e como a mesma diz que durante dez anos todos os prédios têm de ser avaliados, significa que nos próximos seis anos, a manter-se estes indicadores, este valor duplicaria ou triplicaria, contudo está certo de que conforme houver mais casas a ser avaliadas, quantos mais pagarem o preço minimamente justo pelas habitações mais irá descer esta taxa. Não acredita que essa subida seja exponencial. Não concorda com o Senhor António Gomes quando este diz que quem tem dinheiro para fazer uma casa mais cara pode muito bem pagar a taxa porque a questão não está aí, a questão é que todos fazem sacrifícios ao fazer a sua casa e é muito desagradável ficarem inquilinos de si próprios quando uma habitação tem muita manutenção exterior ou tem outras despesas que não tem por exemplo um apartamento. Referiu ser uma das pessoas que devido a uma simples acusação deixou de pagar duzentos e poucos euros para pagar neste momento mil e setecentos euros, pois disseram que a sua casa tinha sido feita pelos empregados da Câmara e por isso teve lá a fiscalização. Foi uma acusação

2009.11.20

ridícula pois há vinte anos não sabia que vinha para a Câmara para colocar os funcionários da altura a trabalhar para si. O que é certo é que fizeram uma nova avaliação e passou para oito vezes mais. Considera que mil e setecentos euros é um valor altíssimo para uma casa com vinte anos e por isso acha que terá de ser feita justiça num futuro próximo para que não haja pessoas a pagar mil e setecentos euros, dois mil euros ou ainda mais e que hajam outras, como são as da alínea b), casas com quarenta ou cinquenta anos, que pagam dez ou quinze euros. Essas assimetrias é que acha que estão incorrectas e era bom que esta Lei de uma vez por todas fizesse as avaliações e que traduzisse estes valores para indicadores muitíssimo mais baixos para que o valor arrecadado não suba exponencialmente e as pessoas deixem de poder pagar porque acha que não tem muita lógica pagar-se para se ter um bem que é de cada um. Referiu que também foi colocada a questão de para que servia este dinheiro e quanto a isto respondeu que conforme o plano de actividades irá traduzir muito brevemente a Câmara Municipal vai ter atenção às questões sociais, tendo sido essa aliás uma das suas promessas e que vão querer garantir. No referido documento consta que a situação está de tal maneira difícil que vão ter de ter medidas especiais na área social, sendo portanto um dos valores que vai ser traduzido na área social, no apoio a jovens estudantes, os quais já começam a ter dificuldades, pois já existem vários pedidos de jovens na Câmara Municipal para bolsas porque já não conseguem concluir o 12.º ano. Disse que vão estar atentos a isso, vão estar atentos a situações de fome, pessoas que ainda há bem pouco tempo eram de classe média/baixa e que hoje para cumprir os seus compromissos passam fome. Referiu que já existem acordos com várias IPSS'S do Concelho e estão a servir refeições a essas pessoas a título gratuito. Também começaram o ano passado e vão manter o fornecimento gratuito dos livros escolares a todos os alunos do escalão A e B, bem como as refeições escolares. Em conclusão referiu que a

2009.11.20

Câmara Municipal tem feito um grande esforço para tentar minimizar aqueles que mais dificuldade têm neste momento.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor, sendo dezasseis da Bancada do PPD/PSD e quatro da Bancada do PS e oito votos contra da Bancada do CDS/PP aprovar as seguintes Taxas no quadro do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar no ano de dois mil e dez:-----

- Prédios rústicos – 0,8%;-----
- Prédios urbanos – 0,7%;-----
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3%.-----

Neste momento chegou à sessão o Senhor Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã.-----

3. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE A COLECTA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC) NO ANO 2009 –

deliberação da Câmara Municipal de 03.11.2009: Presente deliberação da Câmara Municipal, de três de Novembro de dois mil e nove, pela qual aprovou o lançamento de derrama fixando para o efeito as seguintes taxas a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC no ano de 2009:-----

- Empresas com volume de negócios até 150 000,00€ – 1,25%;-----
- Restantes empresas – 1,5%.-----

Submete ainda a referida deliberação a apreciação desta Assembleia.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que a derrama também sofreu o ano passado alterações, nomeadamente sobre a incidência da mesma. Referiu que como todos se devem recordar até dois mil e sete a Câmara Municipal podia estipular de zero a dez por cento sobre a matéria colectável e agora passou para um vírgula cinco por cento do lucro, com a nuance de que podiam fazer uma destrição às empresas que facturavam até cento e cinquenta mil euros e daí para cima. Contudo, no ano passado não tinham dados

2009.11.20

sobre esta matéria e julgavam que este também era um valor que ia cair substancialmente, tendo o mesmo caído pelos dados que estão descritos nos documentos que foram entregues cem mil euros (em números redondos), ou seja, passou de seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos para quinhentos e trinta e três mil e seiscentos euros. Não consideram ser uma descida muito acentuada devido a todas as vicissitudes que a economia está a passar, por isso mesmo entenderam este ano baixar de um ponto cinco por cento para um ponto vinte e cinco por cento em todas as empresas que não facturam mais de cinquenta mil euros, onde julgam incluir praticamente todos os comerciantes e muitas das pequenas indústrias. Referiu que se deparam também com uma dificuldade que se prende com o facto de as finanças não darem à Câmara Municipal os valores separados, ou seja, não lhe é dito quantas empresas é que pagam até cento e cinquenta mil euros e quantas pagam um valor acima. Uma vez que não conseguem esses dados acha que poderiam, e essa é a proposta da Câmara, manter o um ponto cinco por cento nos casos superiores a cento e cinquenta mil euros e um ponto vinte cinco por cento nos casos inferiores. Referiu que a derrama é um conceito que já vem de algum tempo e a Câmara Municipal tem aproveitado muito bem estes investimentos. As Zonas Industriais que fizeram têm sido um sucesso e sem isso não teriam certamente conseguido ter tantas zonas industriais e tantos lotes disponíveis. Também não tem notado que seja por causa da derrama que industriais doutras terras não se tenham localizado no Concelho de Vale de Cambra e a prova disso é a Zona Industrial da Calvela que já tem indústrias de outro Concelho e o grande número de industriais da Zona Industrial do Rossio que saíram de Arouca e passaram para Vale de Cambra. Muitas empresas de Arouca e muitas de Vale de Cambra que estavam em Arouca passaram para o Concelho de Vale de Cambra o que significa que não é por causa da derrama que deixaram de cativar os industriais. Referiu que o Concelho

2009.11.20

de Vale de Cambra está prejudicado sim no regime de interioridade, ou seja, mais uma vez Vale de Cambra não foi um dos Concelhos que se viu contemplado com a Lei de incentivos à interioridade. Já falou deste assunto na reunião de Câmara e pede também à Assembleia Municipal que se solidarize com a sua intenção de reverter esa situação. Referiu que ainda hoje voltou a mandar uma carta para o Senhor Ministro da Economia a qual teria obviamente outra força se realmente a Assembleia se assim o entendesse se solidarizasse com a Câmara, pois não entendem esta situação porque nomeadamente Vila Cova de Perrinho que tem a Zona Industrial da Farrapa exactamente a dez metros de distância de Arouca (no google ou numa planta nem se sabe onde é Vale de Cambra ou onde é Arouca) não faz sentido que um industrial que se instala de um lado da rua e um outro que se instala do outro lado tenham um tratamento fiscal diferente. Assim pretendem pedir essa excepção ao Senhor Ministro da Economia para que Vila Cova de Perrinho e também Junqueira, sendo que esta última nem é preciso justificar porque já é interior que chegue, não se justifica que o IRC não seja também como no caso de Arouca, em que supõe que é uma taxa dez por cento inferior que a de Vale de Cambra, o que é muito significativo para os industriais. Fez essa proposta à Câmara Municipal que lhe deu por unanimidade esse voto para que transmitisse ao Senhor Ministro da Economia a posição da Câmara Municipal e seria também interessante se a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre esta matéria.-----

O Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que a Bancada do PS entregou uma proposta de alteração aos valores para lançamento da derrama constantes da deliberação aprovada na Câmara Municipal. Fizeram-no porque estão conscientes de que durante o ano passado e ainda hoje em dia estão num momento de crise global, têm essa consciência e os grandes afectados também são as várias empresas do Concelho de Vale de Cambra. Contudo Portugal encontra-se neste momento no pelotão da frente a nível de retoma económica

2009.11.20

como os dados indicam, com um crescimento económico nos últimos três trimestres e apesar de o défice do Estado ter passado supostamente para os sete por cento têm de ter a consciência de que isso acontece num momento de crise global e num momento de crise global em que todo o mundo colapsou ao nível financeiro. E o que Portugal e o Governo fez foi apoiar as empresas para elas não caírem e poderem voltar a subir economicamente e não se deixarem ir abaixo. Referiu que o que querem é que a Câmara Municipal e o próprio Município dê um sinal às empresas de que também estão com as empresas e sabem as dificuldades que passam, pelo que devem ter a consciência e demonstrar que as empresas já fizeram muito pelo Município e agora é o momento de lhes retribuírem de alguma forma e o que vêm propor é que as empresas com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros paguem um por cento e as restantes paguem um ponto vinte e cinco por cento. É uma forma de agradecerem às próprias empresas tudo o que elas têm feito pelo Município e para manter as taxas de desemprego baixas. É a forma que enquanto Autarcas têm de dizer “continuem, nós estamos aqui com vocês e queremos-vos apoiar” e num momento de retoma económica como o que se vive, o que é importante para as empresas é que elas invistam, pelo que não devem sobrecarregá-las com impostos. Devem sim baixar-lhes um pouco os impostos, é pouco, não é muito, mas é o que podem baixar neste momento e já é o sinal claro para empresas de que os Autarcas Valecambrenses estão com elas e querem apoiá-las neste momento. Referiu não concordar com o Senhor Presidente quando diz que a derrama não influencia muito uma empresa ir para Arouca e ir para Vale de Cambra porque realmente pode não influenciar muito mas também pode influenciar porque um empresário quando sabe que paga menos derrama no Município ao lado e paga mais derrama no próprio Município e tem de decidir a sua localização a questão dos impostos é posta em causa porque certamente eles tomam a decisão consoante

2009.11.20

onde pagam menos e onde têm mais benefícios, daí que pode não se sentir muito mas sente-se. Referiu que são investimentos que se perdem para o Concelho de Vale de Cambra e por isso apresentam esta proposta para alterar a votação da Câmara Municipal e poderem dar um sinal claro aos empresários que têm feito um grande esforço para manter baixa a taxa de desemprego no Concelho. Reforça por último que acha que devem dar-lhes esse sinal, de que estão com eles e querem que eles continuem a estar com o Município e avancem.-----

Usou da palavra a Senhora Dra. Célia Maria dos Santos Tavares referindo que a Bancada do PSD está com certeza com a Câmara Municipal nesta proposta. Entende que a proposta do Senhor Presidente no sentido da manutenção da taxa da derrama municipal nos um ponto cinco por cento para as empresas com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros, é uma proposta consciente, uma vez que esta proposta se baseia na manutenção, pois já o ano passado aplicaram a mesma taxa. Referiu que esta é uma tributação do lucro tributável sujeito e não isento de IRC, daí que o que vão tributar é lucro e não facturação. Disse ser também de destacar o grande apoio que o Executivo Camarário tem desenvolvido no sector industrial do Concelho no sentido da criação de condições de trabalho para as empresas Cambrenses, para que elas desenvolvam as suas actividades, como já referiu o Senhor Presidente da Câmara, quer na criação de Zonas Industriais, nomeadamente a Zona Industrial de Lordelo/Codal, a Zona Industrial na Calvela e a Zona Industrial do Rossio, quer nos licenciamentos industriais que permitem também que os industriais possam desenvolver as suas actividades e que cada vez mais empresas Cambrenses tenham aqui a possibilidade da fixação de mais postos de trabalho e a criação de riqueza que é necessário face à conjuntura económico-financeira que o País atravessa e face à conjuntura económico-financeira que Vale de Cambra atravessa também. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara enalteceu em

2009.11.20

nome da Bancada do PSD a diminuição da taxa para um ponto vinte cinco por cento para as empresas que apresentem um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Referiu que isto sim é claramente um apoio às pequenas empresas que são o sector empregador maioritário no Concelho ou vão ter que ser porque claramente são elas que vão contribuir para o enriquecimento do Concelho. Disse que esta redução é também uma boa aposta nos comerciantes, uma vez que os comerciantes passam como todos sabem uma fase muito difícil e de grande dificuldade, daí que considera que esta é claramente uma forte aposta que a Câmara Municipal pode fazer a todos estes comerciantes. Relativamente à proposta que foi aqui apresentada pela Bancada do PS referiu que não poderá ser aceite uma vez que o que estão hoje a fazer é votar a favor, contra ou a absterem-se de uma deliberação da Câmara Municipal. Não podem de forma alguma hoje nesta Assembleia decidir ou aceitar uma outra proposta, apesar de a considerar louvável. Por último referiu que a Bancada do PSD vota a favor da proposta do Senhor Presidente da Câmara no sentido da manutenção da taxa municipal da derrama no um um ponto cinco por cento para as empresas com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros e a redução da taxa da derrama para um ponto vinte cinco por cento nas as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à intervenção da Bancada do PS registou em primeiro lugar que esta nova Bancada pela primeira vez desde que cá estão, está contra a aplicação da derrama porque foi sempre uma das grandes incentivadoras da aprovação da mesma mas isto vem demonstrar que há novas gentes, novas atitudes e têm todo o direito a isso. De seguida referiu que as empresas não são afectadas porque na realidade este imposto é sobre o lucro real que tiveram, conforme foi dito pela Senhora Dra. Célia Tavares, lucro tributável sujeito e não isento de IRC, ou seja, estão a falar

2009.11.20

no lucro final de uma empresa e por isso mesmo é que disse que não tinha repercussões na própria empresa. Deu ainda conhecimento que no ano passado foi pedido por todos os membros da Área Metropolitana do Porto que os impostos ou as taxas fossem sempre que possível o mais homogéneas possível entre os dezasseis daquele Órgão. Contudo, como ainda não tomaram posse (vão tomar posse no dia vinte e três) estão todos agora a não satisfazer esse pedido. De qualquer maneira, recordou que no ano passado só Vale de Cambra e Trofa é que não cumpriram com essa determinação e por último deu conhecimento que a derrama em Arouca já foi aprovada pela Assembleia Municipal em um vírgula cinco por cento.-----

O Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva dirigindo-se à Senhora Dra. Célia referiu que o lucro para as empresas, para quem é empresário é a melhor e a única forma que têm para investir e num momento de crise o que necessitam é de investimento e foi apenas por isso que pediram uma baixa para o um por cento, para eles poderem investir. Não estão a pedir isso para os próximos anos porque para o ano provavelmente irão manter a mesma matriz ideológica que sempre mantiveram até hoje mas agora em momento de crise o apoio deve ser dado às empresas e é isso que defendem. Disse que o Partido Socialista concorda com o Senhor Presidente da Câmara na questão da interioridade porque Vale de Cambra é um concelho de interior, pelo que pode contar com o PS na missiva que será enviada ao Ministério da Economia e para ajudar a combater esta desigualdade que existe entre Arouca, Sever do Vouga e Vale de Cambra, principalmente na questão de Junqueira que é incompreensível não ser considerado interior. Quanto à proposta que apresentaram compreende que não possa ser aceite mas fica a intenção da sua Bancada.-----

Usou da palavra o Senhor Albano de Oliveira Braga para fazer algumas reflexões relativamente aos pontos de execução dos impostos da Ordem de

2009.11.20

Trabalhos, respeitantes ao IMI, derrama e IRS. Começou por dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP está perfeitamente solidário com a Câmara Municipal para que Vila Cova de Perrinho e Junqueira tenham o mesmo tratamento fiscal que o Concelho de Arouca uma vez que estão encostados em termos geográficos, pelo que subscrevem totalmente a proposta. Quanto às reflexões que quer fazer referiu que é um facto, conforme disse o Senhor Eng. Aníbal na intervenção que fez, que no Concelho de Vale de Cambra o desemprego desde Junho de dois mil e oito a Outubro de dois mil e nove, que são os últimos dados do Instituto de Emprego, aumentou sessenta por cento. É do conhecimento geral que todas as empresas ou quase todas as empresas do País e Vale de Cambra não foge à regra estão em acentuada crise devido à falta de encomendas e à falta de trabalhos, pelo que estão a reduzir custos e despesas. No fundo isto é aquilo que também pedem que o Município faça, ou seja, um esforço no sentido de reduzir despesas. Referiu que isso vai de encontro às propostas que foram apresentadas pelos seus Vereadores na última reunião de Câmara, no sentido de ainda baixar mais estes três impostos que estão a falar. Referiu que na discussão desses pontos foram muito faladas as empresas e as zonas industriais e quanto a este assunto referiu que a Zona Industrial do Rossio já tem bastantes anos e tem lá somente treze empresas instaladas quando se previa cerca de cinquenta ou sessenta lotes industriais. Na Zona Industrial da Calvela estão previstos catorze lotes industriais e estão lá duas empresas instaladas. Na Zona Industrial de Lordelo/Codal estavam previstos trinta e dois lotes e não está lá nenhuma empresa instalada. De seguida referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal falou e muito bem que houve uma empresa que veio do Concelho de Arouca para Vale de Cambra mas também é verdade e todos devem conhecer empresas e Valecambrenses investidores que saíram e fizeram empresas empresas nos Concelhos vizinhos, Arouca, Oliveira de Azeméis e concretamente

2009.11.20

Sever do Vouga. Referiu não conhecer muito bem ainda o Regimento, pelo que não sabe como funciona mas pensa que a derrama ao ser pedida aos pequenos comerciantes, aos pequenos e médios empresários e aos grandes empresários devia ser cobrada tendo um objectivo específico, por exemplo, para uma obra em qualquer freguesia, ou para uma infraestrutura que fosse importante para a qualidade de vida de uma freguesia ou do Concelho. Pensa que aí sim deveria ser cobrada a derrama, que é um imposto especial, porque a derrama não é obrigatória. Referiu que é evidente, conforme disse o Senhor Dr. João Silva, que a derrama é sobre os lucros das empresas mas se esse lucro não for pago à Autarquia os pequenos e médios empresários, os comerciantes e os grandes empresários podiam reinvestir essa quantidade de lucro em novos equipamentos e novas instalações para benefício dos trabalhadores.-----

O Senhor António Gomes referiu que não era para intervir mas fê-lo para chamar a atenção do “pedido” do Senhor Presidente da Câmara para que a Assembleia se pronunciasse sobre o regime da interioridade, pois as Zonas Industriais da Calvela e do Rossio estão mais que interiorizadas e ninguém mais falou nisso, de modo que pediu desculpa à Mesa por esse facto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perante o pedido do Senhor Presidente da Câmara propôs a formação de um grupo constituído por um elemento de cada Bancada para o ajudar na elaboração do documento a enviar ao Senhor Ministro da Economia.-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que não é necessário esse trabalho porque o referido documento já está a ser elaborado e a única coisa que pretende é a unanimidade da Assembleia Municipal para poder “juntar” à unanimidade já conquistada na reunião de Câmara. Referiu que esse documento está a ser elaborado de acordo com todas as normas e na próxima sessão irá trazê-lo para conhecimento.-----

2009.11.20

A Assembleia Municipal concordou com o proposto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Continuando, o Senhor Presidente quanto à intervenção do Senhor Albano Braga, disse que acusá-lo de fracasso nas Zonas Industriais perturba-o porque acha que tem trabalho muito nesta área. Referiu que dizer que na Zona Industrial do Rossio estão treze empresas não é verdade porque a empresa Portugal Alves comprou os lotes todos de uma frente e a Catari está neste momento a construir dez mil metros quadrados de área coberta, pois também comprou uma frente completa e ainda tem lotes para expansão, ou seja, só estas duas empresas correspondem a mais de dezasseis lotes. Para a Zona Industrial do Rossio foram buscar a maior empresa de Arouca, ou seja, a Portugal Alves já anteriormente referida, foram buscar a Catari, a Vacarinox e uma outra que de momento não sabe o nome mas que está encostadinha à Chatron. Ao lado da Chatron está também uma empresa muito grande, segundo supõe, de plásticos, que veio de Pindelo e foram também buscar a Rosbel, sendo que tudo isto demonstra que foram buscar muitas indústrias a outros Concelhos. A Zona Industrial do Rossio tem mais de cem lotes vendidos e se ainda não estão lá mais indústrias é porque provavelmente os industriais estarão a procurar o momento certo ou a aguardar por financiamento bancário porque os bancos agora estão nitidamente a cortar os financiamentos. Neste momento na referida Zona Industrial não têm um único lote para vender. Informou que hoje mesmo recebeu conjuntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho um industrial de Cesar que queria lá comprar um lote e, de facto, não há lotes para vender, portanto se mais indústrias não têm os pavilhões feitos provavelmente deve-se a opções de gestão próprias. Referiu que na Zona Industrial da Calvela têm apenas dois lotes para vender pois o resto já está tudo vendido e só não estão lá duas empresas porque só um industrial comprou dois lotes que estão fundidos, ou seja, estão lá pelo menos

2009.11.20

três empresas, uma já está em laboração e a outra com esses dois lotes entrará em laboração até ao fim do ano. A Zona Industrial de Lordelo/Codal tem neste momento um milhão e setecentos mil euros de lotes vendidos. Referiu que andam com aquele loteamento há dois anos e são uma Autarquia, que faria se fosse um particular, isto só para que verifiquem a complexidade dos papéis, pois o simplex por vezes torna-se bem complexo. Referiu que estão neste momento a notificar os industriais para começarem a fazer as escrituras, sendo que o primeiro industrial já está notificado para o dia vinte e quatro. Tudo isto significa que as Zonas Industriais estão em bom ritmo. Referiu ainda que para além da venda de lotes que já referiu, em Lordelo ainda existem alguns lotes disponíveis porque fizeram agora uma reformulação devido à elevada procura e conseguiram mais lotes. Referiu já ter dito várias vezes que um Concelho que tem tido dificuldades, aliás como todos os outros, arranjar tantos industriais nos últimos anos para comprar lotes, mostra bem a força e a garra das gentes da terra. Referiu quanto aos números do desemprego que os mesmos podem ser vistos de várias maneiras, pois é certo que Portugal ultrapassou o meio milhão de desempregados mas também é certo que na Área Metropolitana do Porto e na Área do Distrito de Aveiro, o único Concelho que em Setembro baixou sessenta e oito desempregados foi o Concelho de Vale de Cambra. É certo que ainda têm o desemprego na ordem das seiscentos pessoas mas é um número muito abaixo em percentagem do que em qualquer outro Concelho da Área Metropolitana do Porto.-----

O Senhor Albano de Oliveira Braga em resposta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que quando fez as suas reflexões não quis criar nenhum caso, apenas constatou factos e até pode aceitar a explicação do Senhor Presidente mas só se limitou a referir que na Zona Industrial do Rossio estão lá três empresas instaladas, talvez mais a Catari que está a ser instalada, agora. Na

2009.11.20

Zona Industrial da Calvela estão duas empresas e na Zona Industrial de Lordelo/Codal não está nenhuma empresa, embora saiba que em Codal está tudo vendido. Referiu ser evidente que se os empresários ainda não estão a construir, apesar de a Câmara dizer que já o podem fazer, a culpa não é da Câmara mas sim dos empresários porque eventualmente estão à espera de financiamento ou de melhores dias. Reforçou que não queria com a sua intervenção criar nenhum caso mesmo quando falou do desemprego pois o que queria era que não houvesse efectivamente desemprego nem em Vale de Cambra nem no País. Não quer assim criar qualquer polémica com a Mesa da Assembleia Municipal e seus membros ou com a Câmara. Por último referiu que aceita as explicações do Senhor Presidente da Câmara em alguns aspectos enquanto que noutros tem dúvidas, mas no futuro se verá.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezoito votos a favor, sendo dezassete da Bancada do PPD/PSD e um do Senhor António Gomes da Bancada do CDS/PP e onze votos contra, sendo 7 da Bancada do CDS/PP e 4 da Bancada do PS, aprovar o lançamento de derrama fixando para o efeito as seguintes taxas a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC no ano de 2009:-----

- Empresas com volume de negócios até 150 000,00€ – 1,25%;-----
- Restantes empresas – 1,5%.-----

Neste momento retirou-se da sessão o Senhor Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira.-----

4. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS – deliberação da Câmara Municipal de 03.11.2009: Presente deliberação da Câmara Municipal, de três de Novembro de dois mil e nove, pela qual fixou a participação do Município no IRS de dois mil e nove em 5% (cinco por cento) e submete o assunto a apreciação desta Assembleia.-----

2009.11.20

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta é uma prenda de Natal que o Governo quis dar aos Municípios, ou seja, o Governo da Nação arrecada noventa e cinco por cento deste imposto e dá cinco por cento aos Municípios. Como não estava muito contente com essa percentagem pois provavelmente entendeu que estaria a dar muito aos Municípios, deliberou que os Municípios podiam baixar dois por cento nos cinco por cento que arrecadam. Por esse facto referiu que estão várias pessoas a estudar este caso porque há quem ache que isto é inconstitucional. Referiu que seria bom, por exemplo, que o Governo se lembrasse que os Municípios como o de Vale de Cambra que criam grande riqueza, deviam também ter uma percentagem no IRS mas como provavelmente esse valor é muito alto o Governo esqueceu-se de dar aos Municípios parte dessa receita que é na realidade conquistada por todos que trabalham. Referiu que o que tem dito e tem sido aceite, e com isto não está a contrariar o que disse atrás, é que estão na disposição de baixarem estes cinco por cento na mesma percentagem que o Governo baixar os seus noventa e cinco por cento porque aí havia na realidade dinheiro que ficava a todos os trabalhadores dependentes no bolso. Referiu que pela contas que fez se a Câmara baixasse em um por cento este imposto, no caso de um trabalhador que ganha na ordem dos setecentos e cinquenta euros daria uma redução pouco superior a cinquenta euros no fim do ano, portanto não acredita que o legislador quando deu esta possibilidade aos Municípios pretendia que com esta benesse as pessoas se fixassem no próprio Concelho e não acredita que ninguém por cinquenta ou por setenta euros troque um outro Concelho pelo nosso só porque a taxa é inferior aos cinco por cento. Considera que os seus colegas, não da Área Metropolitana do Porto, que o fazem, fazem-no mais no sentido político do que na realidade por ser um valor muito significativo para o Município. Deu também a nota de que pela primeira vez, desde o vinte e cinco de Abril o Governo não

2009.11.20

pagou a todos os Municípios os cinco por cento neste mês de Outubro. A Câmara Municipal de Vale de Cambra felizmente uns dias depois recebeu esses cinco por cento mas sabe que muitos dos seus colegas ainda estão com atraso nesse pagamento. Pelo atrás exposto entende que não tem muito significado estarem a mexer neste Imposto que lhes dá através do FEF um valor na ordem do meio milhão de euros/ano, o que é um valor absolutamente baixo e por aqui já dá para ver que se recebem meio milhão, quem recebe noventa e cinco por cento do trabalho de cada um, quanto não arrecadará e aí não está na disposição de baixar o que quer que seja. Aliás também foi dito na última Assembleia que na outra legislatura o Governo subiu nove impostos e baixou dois e por coincidência os que baixou eram das Autarquias. Este ano já começou também, como já foi discutido, por baixar um dos indicadores do IMI, portanto continua a entender que os Municípios estão a enriquecer e como tal têm que cobrar cada vez menos dinheiro.-----

Usou da palavra o Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva referindo que o Governo não fez tudo mal, ainda ajudou as Autarquias em algumas coisas, com um imposto extraordinário o qual pode também ajudar a que o Município tenha mais algumas receitas. Quanto ao facto do Senhor Presidente da Câmara ter dito que o IRS deveria ter o mesmo critério, referiu que a Câmara já tem o imposto da derrama por isso não devem colocar mais um imposto às empresas porque até pensa que isso é anti-constitucional. Quanto ao facto do Senhor Presidente da Câmara ter dito que se alguém recebesse setecentos euros por mês poupava cinquenta euros por ano, referiu que são cinquenta euros por ano que entram na economia de Vale de Cambra, o que é importante pois é dinheiro que as pessoas guardam e que entra na economia e faz mexer a economia de Vale de Cambra. Reforça que isso é extremamente importante para o Município porque as pessoas com esses cinquenta euros que guardam vão ter de ir comprar alimentação entre

2009.11.20

outras coisas e essas pessoas depois irão gastar esse dinheiro em outras coisas. Assim, cinquenta euros é extremamente importante nesse aspecto. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara tem razão quando diz que não acredita que a redução dos impostos faz com que as pessoas se fixem em Vale de Cambra, pois não é só a fixação dos impostos que conta mas sim um conjunto de critérios que o Município deve aplicar para que as pessoas decidam ficar em Vale de Cambra. Contudo, sobre esse assunto irão apresentar algumas ideias na próxima Assembleia Municipal. De seguida disse ao Senhor Presidente da Câmara para não querer comparar a Autarquia ao Governo porque o Governo rege o País e a Autarquia rege os Autarcas do Município. Pediu para se lembrar de que é o Governo que paga muitas das obras dos Autarcas, uma parte do Parque da Cidade de Vale de Cambra é paga por comparticipação do Estado, não só da União Europeia mas também do Estado. Várias obras que são feitas em Vale de Cambra são comparticipadas pelo Estado e também devem ser pagas. Referiu que também estiveram a fazer algumas contas e segundo os valores que o Senhor Presidente disse de que em dois mil e oito a Câmara Municipal recebeu cerca de quinhentos mil euros e em dois mil e nove mais ou menos o mesmo valor, a baixar-se um por cento desse valor, baixa-se a receita em cem mil euros. Cem mil euros que entram e fazem mexer a economia e que ajuda também a sair de algumas situações de crise que existem. Disse também ao Senhor Presidente da Câmara que já existem várias taxas, que a população já paga várias taxas camarárias, paga a taxa da água, a taxa do saneamento, a taxa da recolha de lixo e mais um cem número de taxas. Acha que por isso deviam dar neste momento uma benesse à população Valecambrense na redução de uma taxa, pois o governo reduziu dois impostos e o Senhor Presidente da Câmara podia reduzir um. Por último referiu que os impostos nem são elevados nem são baixos, pois dependem sempre da aplicação que uma Câmara faz dos mesmos, de forma que

2009.11.20

irão ficar expectantes para ver, na próxima sessão da Assembleia, o que é que o Senhor Presidente e o Executivo irá fazer com os impostos que os Valecambrenses irão dar à Câmara.-----

Usou da palavra o Senhor Eng.º Aníbal Moreira da Costa para referir que esta é efectivamente uma Assembleia de impostos, uma Assembleia onde declaram aos Valecambrenses que irão pagar mais ou que irão pagar aquilo que se calhar não podem. Assim, faz votos que o próximo Orçamento e Plano de Actividades traga novidades mais alegres para a população e que possa eventualmente reduzir taxas, reduzir alguns encargos e que traga alegrias de forma a que possa mais facilmente perspectivar o seu futuro.-----

O Senhor Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões dirigindo-se ao Senhor Dr. João Silva, da Bancada do PS, referiu que a sua intervenção lhe deu a entender que mais parecia um representante do Governo do que um representante de Vale de Cambra, pois disse que, de facto a Câmara não poderia cobrar impostos e que tinha de dar um sinal de baixa de impostos, enquanto que eles enquanto membros desta Assembleia Municipal tinham que apoiar essa ideia. Referiu que também lhe cabe a si pensar e pensa pela sua cabeça e tudo o que o ouviu dizer foi que o Governo o que faz, faz bem bem feito, que faz bem cobrar impostos e faz bem manter os impostos, que o Governo faz bem tudo o que faz, enquanto que a Câmara faz mal tudo o que faz bem. Disse concordar com o facto de se estar a viver uma crise global, nacional e mundial, o que obviamente se faz sentir também em Vale de Cambra, fazendo assim todo o sentido baixar impostos para as pessoas melhorarem a sua qualidade de vida. Contudo, na sua opinião também faz todo o sentido a Câmara arrecadar impostos para poder depois ajudar as pessoas que não são afortunadas da sorte, que ficaram no desemprego e que tiveram azares na vida. A Câmara também tem que cobrar impostos às pessoas porque com a baixa de

2009.11.20

inflação e outras situações que estão a ocorrer no país, as condições de vida das pessoas estão a melhorar. Concorda se o Dr. João Pedro Ihe disser que a Câmara deve gerir melhor esse dinheiro, que deve olhar para essas pessoas que não tiveram a sorte de continuar nos seus postos de trabalho por um motivo ou outro, que devem ser ajudadas, contudo não concorda quando diz que só o Governo deve cobrar impostos e que só o Governo tem esses direitos. É a sua opinião a qual não tem nada a ver com política nem com os partidos mas era isto que sentia e não podia deixar de o dizer.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foi mal interpretado pelo Senhor Dr. João Silva, pois quando falou no IRS não falou em criar mais nenhum imposto, o que disse é que o Estado Português em vez de arrecadar cinco por cento do IRS de Vale de Cambra podia também dar cinco ou dez por cento a Vale de Cambra, para arrecadarem eles só noventa e arrecadar a Câmara dez por cento. Referiu que também não vê o Estado Português assim tão aflito pois ainda agora foi capa de jornais que perdoou quatrocentos e trinta e dois milhões de euros a duas empresas empresas, à Mota Engil e à Soares da Costa, o que significa que realmente não está tão aflito como a Câmara de Vale de Cambra. Referiu ser certo que nas obras financiadas dez por cento dos fundos são do Estado Português, contudo a Câmara Municipal de Vale de Cambra paga trinta por cento, ou seja, a Comunidade Portuguesa comparticipa sessenta por cento, o Estado Português comparticipa dez por cento e a Câmara Municipal comparticipa trinta por cento, o que significa que é necessário fazerem um grande esforço. A propósito referiu que ainda estão à espera do primeiro auto da escola Junqueira-Arões. Estão também à espera de receber o primeiro auto da Praça de Macieira de Cambra mas provavelmente em Janeiro, senão caso contrário aumenta o défice, irão receber esse dinheiro. Referiu também que se baixassem um por cento do IRS poupavam às pessoas de Vale de Cambra cinco mil euros e não

2009.11.20

cinquenta mil euros como foi referido. De seguida referiu concordar com a intervenção do Senhor Eng.º Aníbal, pois esta é obrigatoriamente uma sessão extraordinária de impostos porque os timings estão definidos por Lei e têm que transmitir às Finanças até ao final do corrente mês as taxas que vão cobrar. Se não o fizerem, de acordo com a Lei, são fixados os valor mínimos previstos na mesma. Referiu ainda que com todo o gosto na próxima sessão da Assembleia irá apresentar todas as reduções que tiveram em despesas correntes, de modo que todos vão ter a oportunidade de ver que muito do que podiam fazer já o fizeram. Disse que obviamente quando fala em diminuições nas despesas correntes está a falar em tudo o que não diz respeito a funcionários porque aí a não ser que descubram uma forma qualquer de reduzirem o número de funcionários não é possível, pois não é possível despedir funcionários e eles próprios também têm progredido, daí que essa despesa não diminuiu, tendo antes pelo contrário aumentado. Contudo, em tudo o resto vai ser possível ver que tiveram reduções na ordem dos cinquenta por cento em muitas das despesas correntes, em consertos de carro, em gasóleo, em telemóveis, em seguros, em tudo o que podiam mexer. Tem feito assim porque acredita que só assim é possível continuar a fazer obra porque as receitas extras que vinham correntemente para a Câmara deixaram de existir. O “truque”, permitam-lhe a palavra, está realmente em diminuir aquilo que vulgarmente se diz por despesa corrente. Referiu que também vai haver discussão na próxima Assembleia sobre as classificações, com as quais não concordam porque o POCAL obriga-os a classificar despesas de investimento em despesas correntes mas enfim, é uma discussão que vai deixar para a próxima sessão porque o classificador assim o exige, mas realmente não entendem isso porque na educação há muitos exemplos desses que são nitidamente despesa de investimentos e não despesa corrente mas têm de ser classificados como tal. Deu também a nota de que as Assembleias Municipais de

2009.11.20

todos os dezasseis Municípios da Área Metropolitana do Porto têm que reunir obrigatoriamente no dia catorze de Dezembro porque vai haver eleições para a Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana do Porto, a qual tem de ser feita ao mesmo tempo em todos os Municípios. Esta antecipação da data está a causar graves problemas porque como as eleições ainda foram há bem pouco tempo têm que preparar o quadro de pessoal, discutir com os sindicatos, preparar o SIADAP e o Orçamento, sendo que neste caso ainda têm de ouvir os Partidos que não têm representantes na Câmara Municipal.-----

Usou da palavra o Senhor Eng.º Jorge Miguel Martins Quental referindo pensar que sobre impostos já foi tudo proferido, contudo em relação à fixação da participação do Município no IRS pensam que a proposta que o PSD lançou é a proposta mais séria na medida em que um ponto percentual praticamente em nada altera a realidade das famílias, como já foi aqui referido e permite à Câmara Municipal continuar a realizar um trabalho sério e a pensar no futuro, não apenas no imediato mas na realidade futura. Pois o que realmente está mal já vem do Poder Central e aí serão necessárias outras medidas. Como tal referiu que a Bancada do PSD concorda com esta proposta dos cinco pontos percentuais e vai votar favoravelmente, até porque as competências sociais ainda não foram transferidas para as Câmaras Municipais.-----

O Senhor Dr. João Pedro Bastos Silva dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arões referiu que não é representante do Governo e não veio aqui dizer que o Governo faz bem e que as Autarquias fazem mal. Está bem ciente de que não disse isso. Referiu que o que disse foi que o Governo tem impostos e a Câmara também tem mas há momentos em que o Município também deve dar sinais às empresas e à sua população, pois não é só o Governo que o tem e o deve fazer. De seguida solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara acerca do texto constante do ponto relativo a esta matéria

2009.11.20

mas da acta da reunião de Câmara, que diz assim: “Ainda assim informa-se que em dois mil e oito foram recebidos quinhentos e treze mil cento e catorze euros e em dois mil e nove o total previsto é de quinhentos e dezoito mil quinhentos e trinta e cinco euros”, ou seja, questionou quem é que recebeu estes valores, se foi a Câmara ou então se foi a questão dos impostos porque pretende saber se estes quinhentos e treze mil euros são relativos ou não aos cinco por cento de impostos que os Cambrenses pagam. Se assim for está correcto porque se fosse quatro por cento receberia à volta de quatrocentos mil euros porque baixa um por cento num imposto de cem por cento e não cinco por cento num imposto de cem por cento. Pede desculpa, não sabe se está a fazer a lógica mais correcta mas foi à conclusão que chegou pelas contas que fez.-----

Usou da palavra o Senhor Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal para referir que se a Câmara Municipal reduzir impostos serão também reduzidas as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia e é muito bonito quando estão de fora a falar de reduções mas quando estão a trabalhar com dinheiro, com problemas sociais graves, é mais difícil porque é preciso ter em conta que as Juntas de Freguesia têm um papel importante na ajuda à população e o dinheiro que a Câmara Municipal transfere para as Juntas de Freguesia quase só dá para ajudar a pagar a renda das casas de pessoas carenciadas. Mas isto não vem nas actas, isto não é publicado porque não publicam, contudo tem a certeza que todos os Presidentes de Junta presentes fizeram o mesmo que a Junta de Freguesia de Codal e ajudaram a população da sua Freguesia que necessita. Referiu que é com os impostos que a Câmara Municipal cobra e que transfere para as Juntas de Freguesia que estas podem ajudar todos os Municípios por isso esses impostos têm de ser cobrados.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de dezassete votos a favor, sendo dezasseis da Bancada do PPD/PSD e um do Senhor João Pedro Costa,

2009.11.20

Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra da Bancada do PS e oito votos contra da Bancada do CDS/PP, tendo-se absterido da votação os restantes três elementos da Bancada do PS, fixar a participação do Município no IRS de dois mil e nove em 5% (cinco por cento).-----

O Senhor Eng.º Aníbal Moreira da Costa em nome da Bancada do CDS/PP, apresentou a seguinte declaração de voto: “O CDS/PP vota contra a proposta da Câmara Municipal porque é efectivamente muito caro nesta fase, praticamente a toda a população pagar mais impostos. Numa situação em que é necessário fundamentalmente economizar, e como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal é natural que a Câmara esteja a economizar e deve-o fazer e deve incentivar que a economia se faça não só a nível da Câmara mas a nível de todos os Municípios, não só a nível das Autarquias como a nível das empresas, como a nível das Associações Culturais Recreativas e outras meritórias também porque a altura é crítica. Penso que o futuro que se avizinha não vai ser nada fácil para ninguém. Não é fácil aumentar. Votar favoravelmente para que a Câmara seja mais rica é fácil. Fazer com que a Câmara cumpra objectivos de melhoria de qualidade, de maior rapidez no andamento dos processos, de melhoria das actividades concelhias também mas considero que um por cento ou dois por cento que as empresas ou o cidadão paga muitas das vezes é menos do que aquilo que ele podia ganhar se a Câmara fosse mais célere em determinadas acções. Por isso queria expressar e afirmar que o CDS/PP está pronto a colaborar para que a melhoria se faça e de uma forma sensível em todos os sectores de actividade municipal, em todos os sectores da actividade em Vale de Cambra. É fundamental que se una e sinta unidade nestes princípios que são basilares, que são importantíssimos para todo o Concelho, a economia, racionalizar processos e meios e não vilipendear as coisas que são fáceis de vilipendear, de respeitar.”-----

2009.11.20

5. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA NO XVIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

PORTUGUESES: O XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) terá lugar nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2009, em Viseu. Por cada Município poderão participar três delegados, sendo eles o Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal e um Presidente de Junta de Freguesia eleito em sessão da Assembleia Municipal. Para o efeito, o PPD/PSD propôs como Presidente de Junta efectivo o Senhor Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões e como seu substituto o Senhor Manuel Correia de Campos Presidente da Junta de Freguesia de Codal.-----

A Assembleia Municipal elegeu como Presidente de Junta para participar no XVIII Congresso da ANMP, a ter lugar nos dias 4 e 5 de Dezembro, o Senhor Jorge Tavares da Costa e como seu substituto o Senhor Manuel Correia de Campos, por maioria de dezoito votos a favor, um voto contra, um voto em branco e oito abstenções.-----

7. APROVAÇÃO EM MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e oito membros presentes, aprovar em minuta a acta da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: Não se registaram intervenções por parte do público presente.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e uma horas e dez minutos da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por si e pelos